



CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DO PRONAF NA PERCEPÇÃO DE ATORES SOCIAIS LOCAIS EM PASSO FUNDO/RS

CONTRIBUTIONS AND LIMITATIONS OF PRONAF IN THE PERCEPTION OF LOCAL SOCIAL ACTORS IN PASSO FUNDO/RS

APORTES Y LIMITACIONES DEL PRONAF EN LA PERCEPCIÓN DE LOS ACTORES SOCIALES LOCALES EN PASSO FUNDO/RS

Indaia Dias Lopes¹

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a execução Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) no município de Passo Fundo (RS), no período de 1995 a 2020, buscando identificar os principais atores sociais envolvidos na articulação da política pública no âmbito local e suas percepções acerca das contribuições e limitações do programa. A problemática que permeia este estudo consiste no aumento das desigualdades sociais da agricultura local, identificadas em algumas regiões brasileiras, com a alocação dos recursos do Pronaf direcionados às cadeias produtivas voltadas à produção de *commodities* agrícolas e para agricultores familiares mais capitalizados, deixando muitos à margem dessa política pública. Em termos metodológicos, trata-se de uma pesquisa explicativa, com abordagem qualitativa dos dados. Entre os principais resultados, destaca-se que o Pronaf tem importante adesão no município de Passo Fundo, com forte concentração de recursos no grupo mais capitalizado da agricultura familiar e com os recursos direcionados principalmente à modalidade de custeio agrícola. Os principais articuladores são extensionistas rurais, alguns funcionários do Sindicato de Trabalhadores Rurais e instituições financeiras em nível local. O Pronaf é percebido pelos atores sociais locais como um importante instrumento que oportuniza aos agricultores familiares a realização de investimentos, porém, a elevação das taxas de juros, o limite de renda para enquadramento no programa e a prática de venda casada pelas instituições financeiras são consideradas limitações no município pesquisado.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Políticas públicas. Pronaf. Passo Fundo.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the execution of the National Program for Strengthening Family Agriculture (Pronaf) in the municipality of Passo Fundo (RS), from 1995 to 2020, seeking to identify the main social actors involved in the articulation of public policy at the local and their perceptions about the contributions and limitations of the Program. The

¹Doutora em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (PPGH/UPF). Membro do Núcleo de Estudos Históricos do Mundo Rural (NEHMUR), filiado à Linha de Pesquisa “Economia, espaço e sociedade” do PPGH/UPF. Passo Fundo. Rio Grande do Sul. Brasil. E-mail: indaia_lopes@yahoo.com.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2966-8461>.

problem that permeates this study consists of the increase in social inequalities in local agriculture, identified in some Brazilian regions, with the allocation of Pronaf resources directed to productive chains aimed at the production of agricultural commodities and to more capitalized family farmers, leaving many on the sidelines of this public policy. In methodological terms, this is an explanatory research, with a qualitative approach to the data. Among the main results, it should be noted that Pronaf has an important adherence in the municipality of Passo Fundo, with a strong concentration of resources in the most capitalized group of family agriculture and with resources directed mainly to the agricultural costing modality. The main articulators are rural extension workers, some employees of the Rural Workers Union and financial institutions at the local level. Pronaf is perceived by local social actors as an important instrument that allows family farmers to make investments, however, the increase in interest rates, the income limit for inclusion in the Program and the practice of tying by financial institutions are considered limitations in the municipality researched.

Keywords: Family farming. Public policy. Pronaf. Passo Fundo.

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo analizar la ejecución del Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura Familiar (Pronaf) en el municipio de Passo Fundo (RS), de 1995 a 2020, buscando identificar los principales actores sociales involucrados en la articulación de políticas públicas en lo local y sus percepciones sobre los aportes y limitaciones del programa. El problema que permea este estudio consiste en el aumento de las desigualdades sociales en la agricultura local, identificado en algunas regiones brasileñas, con la asignación de recursos del Pronaf dirigidos a cadenas productivas enfocadas en la producción de *commodities* agrícolas y para agricultores familiares más capitalizados, dejando a muchos en fuera de esta política pública. En términos metodológicos, se trata de una investigación explicativa, con abordaje cualitativo de los datos. Entre los principales resultados, se destaca que el Pronaf tiene una importante adherencia en el municipio de Passo Fundo, con una fuerte concentración de recursos en el grupo más capitalizado de la agricultura familiar y con recursos dirigidos principalmente a la modalidad de costeo agrícola. Los principales articuladores son los extensionistas rurales, algunos empleados del Sindicato de Trabajadores Rurales y las instituciones financieras locales. El Pronaf es percibido por los actores sociales locales como un importante instrumento que permite a los agricultores familiares realizar inversiones, sin embargo, el aumento de las tasas de interés, el límite de ingresos para la inclusión en el programa y la práctica de vinculación por parte de las entidades financieras son considerados limitantes en el municipio buscado.

Palabras clave: Agricultura familiar. Políticas públicas. Pronaf. Passo Fundo.

Como citar este artigo: LOPES, Indaia Dias. Contribuições e limitações do PRONAF na percepção de atores sociais locais em Passo Fundo/RS. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 13, p. 122-147, 23 maio 2023. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v13.4662>

Artigo recebido em: 18/12/2022

Artigo aprovado em: 02/03/2023

Artigo publicado em: 23/05/2023

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar desempenha significativo papel em todo o mundo e contempla uma categoria social e econômica que é heterogênea, diversificada, estratificada, multifacetada e que incorpora múltiplos tempos em seu interior. No meio rural brasileiro ela contribui para as diferentes regiões, tanto nos aspectos econômicos, produtivos, quanto sociais e culturais. Porém, até a década de 1990, essa categoria social não era reconhecida pelo Estado brasileiro e havia um elevado contingente de agricultores familiares que vivia em situação precária no meio rural e com acesso inexistente ou restrito ao crédito rural.

No ano de 1995, em um contexto de intensas reivindicações dos movimentos sociais rurais, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). O Pronaf é uma política pública de crédito rural que pode ser utilizada para o custeio das safras, para investimentos nas propriedades e, também, para a comercialização da produção, tanto de forma individual, quanto de forma coletiva, por intermédio de cooperativas. Essa política pública foi criada com o objetivo de oportunizar o acesso ao crédito à uma população que historicamente estava excluída desse processo.

Em 2020 o Pronaf completou um ciclo de 25 anos de funcionamento, sendo considerado um importante instrumento governamental capaz de oportunizar investimentos aos agricultores familiares para que possam realizar seus projetos produtivos. Porém, desde os anos iniciais, foi observada uma tendência de concentração dos recursos dessa política pública no Sul do país, direcionados às categorias de agricultores familiares mais capitalizadas e, também, para *commodities* agrícolas (AQUINO; SCHNEIDER, 2010; GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014; BIANCHINI, 2015; CONTERATO; BRÁZ, 2019), indicando que, nessa região, o programa é produtivista e seletivo.

Quando esse programa foi formulado, os estratos priorizados pelo desenho inicial da política pública foram os agricultores em transição e consolidados², ou seja, agricultores familiares já inseridos em mercados convencionais³ ou com potencial de se inserir. Os agricultores considerados como periféricos, com baixa capacidade produtiva ou empobrecidos tiveram grandes dificuldades de se enquadrar no programa, ficando, em parte significativa, excluídos desse processo.

De fato, parcela significativa dos agricultores familiares do Sul do Brasil têm características específicas, que os favorecem na contratação dos recursos do Pronaf. Muitos já têm familiaridade com o sistema bancário e com os diferentes canais de comercialização de sua produção.

No estudo de uma política pública como o Pronaf, o local se mostra com um espaço rico para o trabalho historiográfico. O estudo de caso (Pronaf em Passo Fundo) insere-se na perspectiva de uma História Local, que se constitui em um espaço de observação onde pode-se buscar singularidades e diversidades da História, que não ficariam tão evidentes quando abordada a História do Brasil de uma maneira geral, por exemplo (BARBOSA, 1999;

² Utiliza-se os termos agricultores consolidados, em transição e periféricos, de acordo com o estudo realizado pela FAO/INCRA (1994) e que apresentou essa classificação para a agricultura familiar brasileira.

³ Entende-se os mercados convencionais a partir de Schneider (2016), que os caracteriza como mercados onde os mecanismos de intermediação são regidos por contratos a montante e a jusante, principalmente para agricultores voltados à produção de *commodities*.

BARROS, 2013). Neste estudo, o local assume posição importante na análise historiográfica, visto que se trata de uma política pública que é operacionalizada em praticamente todos os municípios brasileiros, mas quando analisada a partir do nível local, pode-se vislumbrar algumas especificidades e singularidades do objeto de pesquisa.

Dito isto, este artigo tem como objetivo geral analisar a execução do Pronaf no município de Passo Fundo (RS), no período de 1995 a 2020, buscando identificar os principais atores sociais envolvidos na articulação da política pública no âmbito local e suas percepções acerca das contribuições e limitações do programa. Destaca-se que o artigo traz um recorte da tese da autora.

No que tange à delimitação espacial do estudo, foi delimitado como *locus* de pesquisa o município de Passo Fundo. Este município teve seu desenvolvimento caracterizado pela forte presença de granjeiros dedicados à cultura do trigo e, após, da soja, integrados a processos agroindustriais a montante e a jusante, com reduzida população no meio rural (TEDESCO; SANDER, 2005; TEDESCO, 2006; CASSOL, 2013). Mesmo com essas características, esse espaço comporta também agricultores familiares que preservam conhecimentos tradicionais (TEDESCO, 2010) e que buscam se reproduzir à margem de uma categoria hegemônica na região. Assim, considera-se relevante o estudo do Pronaf nesse município, com vistas a compreender o comportamento da política pública nesse espaço.

Justifica-se a importância desse estudo com base no importante papel que agricultura familiar desempenha, contribuindo para o desenvolvimento rural dos diferentes municípios brasileiros e para a produção de alimentos para o abastecimento interno do país. Mesmo considerando que, no Brasil, a população rural vivencia um constante movimento de queda em relação à população urbana, ainda existe um número significativo de famílias rurais, detentoras de características socioculturais singulares, que buscam manter sua identidade, reivindicando políticas públicas do Estado, refletindo a importância desta categoria social.

Este artigo está organizado em cinco seções. Além desta introdução, que evidencia a importância do Pronaf para os agricultores familiares, a segunda seção apresenta uma síntese do debate teórico sobre a agricultura familiar. A terceira seção trata dos aspectos metodológicos orientadores do estudo. A quarta seção discute os resultados do estudo, apresentando a análise da execução do Pronaf no município de Passo Fundo. Por fim, segue-se as considerações finais.

2 A AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL

No contexto brasileiro, a expressão agricultura familiar, até início da década de 1990, tanto no meio científico, quanto governamental e das políticas públicas, era denominada por diferentes termos, tais como: pequena produção, produção de baixa renda, de subsistência e agricultura não-comercial (ABRAMOVAY; PIKETTY, 2005). Igualmente, não existiam no país instrumentos ou políticas públicas de alcance nacional direcionados ao atendimento e ao desenvolvimento desta categoria social (BERGAMASCO; DELGADO, 2017).

O reconhecimento da agricultura familiar no Brasil deve-se principalmente em função de três fatores: a) após o fim da ditadura civil-militar (1964-1985), ocorreu a retomada do movimento sindical no país; b) no início da década de 1990, ocorreu uma intensificação do debate, feito particularmente por cientistas sociais acerca do papel da agricultura familiar no

Brasil; e, c) com a criação do Pronaf, ocorreu o reconhecimento deste segmento social (agricultura familiar) por parte do Estado e das políticas públicas (SCHNEIDER; CASSOL, 2013).

Picolotto e Medeiros (2017, p. 352) reforçam os fatores elencados, destacando que a agricultura familiar ganhou notoriedade no Brasil a partir da luta dos movimentos sociais e da implementação do Pronaf:

[...] a consagração da categoria *agricultura familiar* se deu em meados dos anos 1990, quando, por efeito da eficácia política dos *Gritos da Terra*, encabeçados por Contag e CUT, e também por várias mobilizações de *pequenos produtores* em todo o país, o governo criou o Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf). Desde então, os agricultores progressivamente passaram a se identificar como tal, para serem reconhecidos como público do novo programa.

O Estado brasileiro conferiu reconhecimento à agricultura familiar com a criação de políticas públicas específicas para este público e, para tanto, em 2006 instituiu legislação própria que trata da definição deste grupo estabelecendo critérios para seu enquadramento. De acordo com a Lei nº 11.326, de 4 de julho de 2006 (BRASIL, 2006, p. 1), é considerado agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que exerce atividades no meio rural, cumprindo simultaneamente os requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento [...];
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

A Lei nº 11.326/2006 definiu oficialmente a agricultura familiar no país e tem objetivos operacionais e para fins de políticas públicas, delimitando o tamanho da propriedade, o predomínio da mão de obra e a origem da renda (BELIK, 2015).

Mesmo com uma legislação específica que a define, deve-se considerar que a agricultura familiar brasileira contempla diversas tipologias de famílias, contextos sociais nos quais estão inseridos, diferentes histórias e origens. Tomando-se o país como um todo, encontra-se um número grande de agricultores familiares, com diferentes terminologias que os identificam: colono, sitiante, posseiro, morador, ribeirinho (SCHNEIDER, 2010), além de outros termos já mencionados por Seyferth (2011).

Buscando identificar as características da heterogeneidade e da diversidade dos estabelecimentos de agricultura familiar existentes no Brasil, Schneider e Cassol (2014, p. 237) consideram a existência de um tipo social médio da agricultura familiar que:

[...] constitui-se de uma família que trabalha em atividades agrícolas sob um pedaço de terra, em geral não muito grande, e nem sempre de sua propriedade legal. Esse regime de trabalho em economia familiar gera uma produção agroalimentar que é utilizada para o auto abastecimento (autoconsumo) mas também (e cada vez mais) para a comercialização. Por serem famílias que vivem e trabalham com menos terra que desejariam, parte da força de trabalho excedente é utilizada para o exercício de atividades não-agrícolas na região ou fora dela, fazendo com que estas famílias tenham ingressos não agrícolas, que em algumas situações chegam inclusive de outros

países via remessas de parte dos salários e/ou ganhos que foram amealhados por algum membro do grupo doméstico que emigrou.

A hipótese levantada pelos referidos autores é de que esse tipo social médio da agricultura familiar não caracteriza-se por possuir somente elementos camponeses e nem, tampouco, somente capitalistas ou mercantilizados, mas uma combinação desses dois tipos.

A produção familiar caracteriza-se pelo controle da família sobre os meios de produção, sendo que, ao mesmo tempo, é a principal responsável pela efetivação do trabalho. Nessa perspectiva, Abramovay (1998, p. 146) esclarece que:

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional é perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar para fins de atribuição de crédito pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiares) estão presentes em todas elas.

A agricultura familiar brasileira abrange significativa diversidade econômica e heterogeneidade social e compõe-se de um grupo social formado por pequenos proprietários de terra que desenvolvem suas atividades produtivas por meio da utilização da força de trabalho dos membros familiares, produzem para seu próprio consumo e, também, para comercializar (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

Sob uma perspectiva histórica, essa categoria, que no período recente é chamada de agricultura familiar, sempre foi caracterizada por ser diferenciada no Brasil. É preciso salientar que a referida categoria, mesmo contemplando uma diversidade de atores sociais do meio rural, como pequenos produtores, produtores de baixa renda ou de subsistência, camponato, dentre outras, representa avanços quanto às características que possuíam no passado (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

Entende-se os agricultores familiares como uma categoria social que possui raízes camponesas, ao passo que atuam a partir do trabalho familiar, mas, por outro lado, sua reprodução social e econômica não é mais restrita a um povoado isolado ou à uma pequena comunidade, mas recebem influências externas, de tecnologia, de informações e de cultura (SCHNEIDER; CASSOL, 2017).

Diante das definições e conceitos apresentados a partir de diferentes autores, tanto sobre o camponato quanto sobre a agricultura familiar, cabe destacar que as mudanças que ocorreram nas formas de vida e de organização camponesa não deixaram de lado as formas sociais até então predominantes. Conforme Tedesco (2006, p. 19), há “um sistema de valores, códigos, crenças e regras formando um *habitus* mutável, nem sempre no sentido linear evolucionista de aperfeiçoamento que articula a relação entre agricultura familiar e modernização social e técnica.” Assim, pressupõe-se que há, na agricultura familiar, características, códigos e valores transmitidos ao longo das gerações, mas também novas formas que são incorporadas e que contribuem para a construção do futuro e para se adaptar aos novos processos sociais.

No período recente, os dados do Censo Agropecuário de 2017 revelam que o Brasil possui 5.073.324 estabelecimentos agropecuários. Destes, 3.897.408⁴ pertencem à agricultura familiar, representando o total de aproximadamente 77% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Em relação à área total, os dados revelam que dos 351.289.816 ha de área total, a agricultura familiar ocupa 80.891.084 ha de área, enquanto a agricultura patronal detém 270.398.732 ha da área total (IBGE, 2019a). A Tabela 1 ilustra a participação dos estabelecimentos agropecuários familiares nas diferentes regiões brasileiras.

Tabela 1 – Estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar por grandes regiões brasileiras, área dos estabelecimentos e participação relativa (%) sobre o total de estabelecimentos e da área da agricultura familiar, 2017

Região	Estabelecimentos (unidades)		Área (ha)	
	Total	%	Total	%
Norte	480.575	12,33	19.767.199	24,45
Nordeste	1.838.846	47,18	25.925.743	32,05
Centro-Oeste	223.275	5,73	9.969.750	12,32
Sul	665.767	17,08	11.492.520	14,21
Sudeste	688.945	17,68	13.735.871	16,98
Brasil	3.897.408	100	80.891.084	100

Fonte: Elaborada pela autora a partir de dados do IBGE (2019a).

Os dados apresentados na Tabela 1 revelam que a região Nordeste detém em torno de 47,18% dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar no país. Porém, apesar de representar quase 50% dos estabelecimentos totais da agricultura familiar, essa região ocupa aproximadamente 32,05% da área total desses estabelecimentos. A região Sudeste responde por aproximadamente 17,68% dos estabelecimentos agropecuários do país, seguida da região Sul, que detém 17,08% e da região norte, com aproximadamente 12,33%. Evidencia-se que na região Centro-Oeste do país localizam-se o menor número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, com apenas 5,73% do total desses estabelecimentos e 12,32% da área total.

Esses dados ajudam a pensar a distribuição dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar no território brasileiro, de acordo com as grandes regiões. Ressalta-se que as regiões Norte e Nordeste, juntas, respondem por quase 60% do total dos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e ocupam 56,5% da área total desses estabelecimentos no país. Porém, vários estudos indicam que essas regiões foram as menos favorecidas com os recursos do Pronaf ao longo dos anos. Apesar de concentrar um número bastante elevado de contratos do Pronaf, a região nordeste teve um volume bastante reduzido dos recursos do programa ao longo dos anos, quando comparada com as outras regiões brasileiras (BIANCHINI, 2015).

Conforme já evidenciado nesta seção, a agricultura familiar é um segmento complexo e que apresenta significativas diferenças em termos de regiões do Brasil, seja nas formas de produção e estrutura fundiária, ou na identificação de políticas públicas (TEDESCO, 2022).

⁴ Quando comparados os Censos Agropecuários de 2006 e 2017, em relação ao número de estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar, observa-se uma ligeira redução. Porém, Del Grossi *et al.* (2019) explicam que 660.992 estabelecimentos de até quatro módulos fiscais não foram classificados como de agricultura familiar por serem pluriativos.

Essas diferenciações ficam ainda mais evidentes quando se analisa os dados referentes aos contratos e recursos aplicados do Pronaf nas grandes regiões brasileiras, por exemplo.

3 METODOLOGIA

Este estudo atende as especificações das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, está de acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 510/2016 e foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade de Passo Fundo (UPF) em 10 de janeiro de 2019, sob o número de Parecer 3.771.340.

Quanto ao delineamento, este estudo foi realizado por meio de pesquisa documental, pesquisa de campo e pesquisa bibliográfica. Em relação à abordagem dos dados, trata-se de uma pesquisa qualitativa, que buscou conteúdos explicativos especialmente em documentos, legislações, entrevistas, ainda que se utilizando de revisão bibliográfica para subsidiar qualitativamente a análise, embora também utilize dados quantitativos.

As fontes utilizadas para o desenvolvimento deste estudo foram: legislações, normas elaboradas pelo Banco Central do Brasil (Bacen) referentes ao Pronaf, dados do financiamento do Pronaf na Matriz de dados do Crédito Rural (MDCR) e no Anuário Estatístico do Crédito Rural do Bacen, Censos Agropecuários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e fontes orais produzidas a partir de entrevistas diretas.

O universo deste estudo é o Pronaf no município de Passo Fundo. Em razão do volume de dados a ser gerado e pelo tipo de pesquisa envolver também pesquisa de campo com entrevistas diretas, o número de atores sociais entrevistados foi definido a partir da técnica denominada de bola de neve (*snowball*), considerando o ponto de saturação. A técnica denominada de bola de neve é um tipo de amostra não probabilística utilizada nas pesquisas sociais em que os sujeitos da pesquisa entrevistados inicialmente indicam outros até que os mesmos passam a repetir os conteúdos das entrevistas já realizadas, de forma que a continuidade não iria acrescentar mais informações relevantes (BALDIN; MUNHOZ, 2011).

Neste trabalho, a partir dos procedimentos e técnicas da História de expressão oral, foram produzidas as fontes orais. A História Oral consiste em uma metodologia de pesquisa onde realizam-se entrevistas com sujeitos que participaram ou participam de acontecimentos no passado ou no presente (ALBERTI, 2008). As fontes orais, ou seja, os sujeitos da pesquisa, foram selecionados entre indivíduos envolvidos diretamente na execução do Pronaf no município *locus* da pesquisa, e que tiveram e/ou têm relação direta e influência no planejamento e na operacionalização do programa. Entre esses indivíduos, os entrevistados foram divididos em grupos de interlocutores. Com o objetivo de preservar a identidade dos entrevistados, a autora optou por ocultar os nomes dos sujeitos, que foram identificados, no trabalho, pelas letras iniciais de cada um dos grupos, seguidas do número de realização da entrevista, conforme consta no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação de entrevistados

Grupos de entrevistados	Identificação	Nº de entrevistados
1. Funcionários de instituições financeiras/ Cooperativas de Crédito (BB, Sicredi, Cresol)	IF1, IF2, IF3	3
2. Assistentes e Extensionistas da Ater (Emater)	AT1, AT2	2
3. Movimentos sociais: funcionários do Sindicato de Trabalhadores Rurais	MS1, MS2	2
4. Agricultores familiares	AF1, AF2, AF3, AF4, AF5	5
Total de entrevistados		12 sujeitos

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Entre esses indivíduos, foram selecionados alguns sujeitos em cada grupo, por meio de contato prévio com as instituições e identificação dos que participaram e/ou participam da execução do Pronaf e alguns agricultores familiares que estavam dispostos a participar da entrevista.

No caso dos agricultores familiares pronafianos, a seleção dos entrevistados dentro desse universo no município não teve como critério a representatividade, mas sim, foram casos singulares, onde, a partir das entrevistas buscou-se identificar alguns aspectos, entender o papel dos sujeitos, das instituições e das mediações.

As entrevistas foram realizadas em conformidade com os roteiros de entrevista, os quais foram divididos em grupos diferenciados, para que cada entrevistado pudesse abordar as informações sobre as etapas do Pronaf. Foram realizadas 12 entrevistas diretas, que ocorreram do mês de setembro de 2019 até o mês de novembro de 2021. A análise dos dados foi realizada pela técnica de Análise de Conteúdo, utilizando-se da técnica de Análise Categorical (BARDIN, 2016).

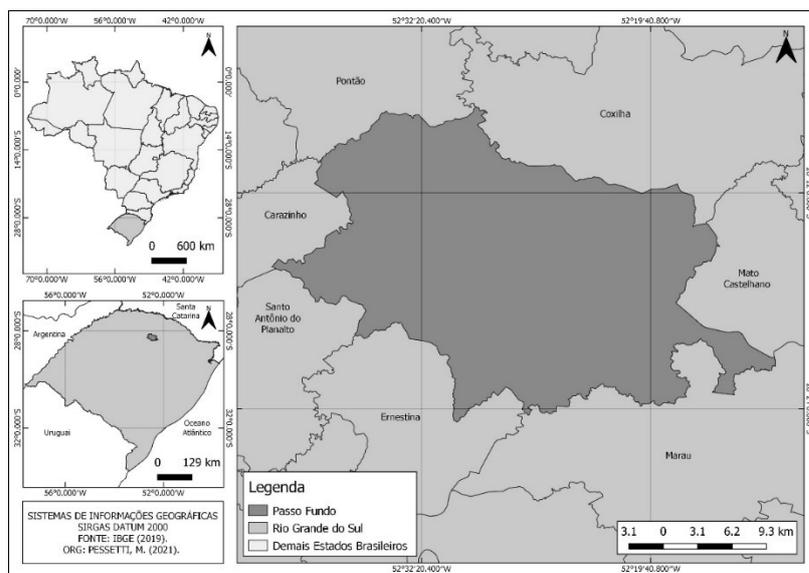
4 CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES DO PRONAF NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

Esta seção tem como objetivo analisar a execução do Pronaf no município de Passo Fundo, buscando identificar as contribuições e limitações do programa, em nível local, a partir da percepção dos sujeitos (mediadores/articuladores e agricultores familiares) e quais as estratégias utilizadas para ter acesso aos recursos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO DE PESQUISA

O município de Passo Fundo foi fundado em 07/08/1857, a partir do desmembramento do município de Cruz Alta (IBGE, [2021]) e se localiza no noroeste do Rio Grande do Sul, conforme pode-se visualizar na Figura 1.

Figura 1 – Localização geográfica do espaço de pesquisa



Fonte: IBGE (2019b).

O município de Passo Fundo integra o Conselho Regional de Desenvolvimento (Corede⁵) Produção, que congrega 21 municípios, totalizando 358.923 habitantes (FEE, 2015), sendo Passo Fundo o principal centro urbano deste Corede. Passo Fundo é considerada a Capital Regional e possui ligação direta com Porto Alegre, polarizando municípios importantes do seu entorno, tanto do Corede, do qual faz parte, quanto de Coredes vizinhos (RIO GRANDE DO SUL, 2015).

Passo Fundo é considerada uma cidade de porte médio, com uma população estimada no ano de 2021 em 206.103 habitantes. Aproximadamente 97,46% da população reside na área urbana e 2,54% no meio rural, conforme o censo populacional realizado pelo IBGE no ano de 2010 (IBGE, 2021). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) para o ano de 2010 foi de 0,776, situando-o na faixa de IDHM alto (ATLAS BRASIL, [2020]).

Em 2018, Passo Fundo possuía um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de R\$ 45.327,11, abaixo da média do Rio Grande do Sul, que era de R\$ 51.681,23 no mesmo ano (IBGE, 2021). A economia do município é relativamente diversificada e apresenta um perfil mais voltado às atividades comerciais e de serviços.

A Tabela 2 retrata algumas características agropecuárias do município *locus* da pesquisa.

⁵ Os Coredes foram institucionalizados a partir da Lei nº 10.283 de 17/10/1994 e se constituem em um fórum de discussão para a promoção de políticas que promovam o desenvolvimento regional. Atualmente, o Rio Grande do Sul conta com 28 Coredes e a cidade de Passo Fundo integra o Corede Produção (ATLAS SOCIOECONOMICO RS, [2020]).

Tabela 2 – Número, área e pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total do município de Passo Fundo – RS, 2017

Grupos de área total (ha)	Nº estabelecimentos (unidades)	%	Área estabelecimentos (ha)	%	Pessoal ocupado	%
De 0 a menos de 20 ha	487	54,11	3.605	6,07	1.304	45,25
De 20 a menos de 50 ha	171	19	5.414	9,12	582	20,19
De 50 a menos de 100 ha	103	11,44	6.913	11,65	312	10,82
De 100 a menos de 500 ha	117	13	25.155	42,39	582	20,19
De 500 ha e mais	22	2,44	10.383	17,50	102	3,54
TOTAL	900	100	59.340	100	2.882	100

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do IBGE (2019a).

Grande parte dos estabelecimentos com menos de 100 ha devem ser de agricultores familiares. Mais de 50% dos agricultores de Passo Fundo estão no estrato de 0 a 20 ha, mas estes utilizam em torno de 6% da área total destinada para a agricultura deste município e, muito provavelmente, em regiões onde o relevo e o solo não sejam os melhores para as práticas agropecuárias. A concentração da terra é marcante na agricultura de Passo Fundo. De um lado, cerca de 73% dos estabelecimentos têm menos de 50 ha e possuem, juntos, em torno de 15% da área total, enquanto de outro lado, 15,44% dos estabelecimentos têm mais de 100 ha e detêm próximo de 60% da área total. Esses dados indicam claramente um perfil de estabelecimentos agropecuários de média e grande escala.

Com relação ao pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, em torno de 76% concentram-se em grupos de áreas de menos de 100 ha, enquanto apenas 23,73% concentram-se nos grupos de área de 100 ha ou mais. A parte majoritária do pessoal ocupado nos estabelecimentos rurais no município concentra-se em grupos de área onde predominam agricultores familiares.

Passo Fundo é um município que possui uma agricultura com características modernas, com extensas lavouras de grãos (principalmente soja) e áreas que possuem, em média, aproximadamente 65 ha (IBGE, 2019a). No tocante à agroindustrialização, o município de Passo Fundo somou, até o ano de 2020, nove agroindústrias cadastradas no Programa Estadual da Agroindústria Familiar (PEAF) do estado do Rio Grande do Sul, de acordo com dados da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR, 2021), configurando um baixo potencial nesse segmento.

Conforme Tedesco (2006), a região de Passo Fundo sempre se caracterizou por uma agricultura moderna dos granjeiros, voltados particularmente à produção de soja, com baixa densidade populacional no meio rural. Porém, ainda que seja um espaço agrícola caracterizado por uma agricultura moderna, principalmente voltado à monocultura da soja, há uma presença significativa de agricultores familiares.

Em relação às principais culturas agrícolas do município estudado, foram plantados 47.179 ha em 2018, onde as cinco principais culturas foram: soja (86,9%), aveia (6,4%), milho (3%), trigo (2,5%) e cevada (1,2%) (SEBRAE, 2019). Os dados indicam que a soja é a principal cultura produzida, enquanto as outras culturas listadas não apresentam resultados significativos. Esses dados reforçam o cenário predominante no Rio Grande do Sul em termos de principais

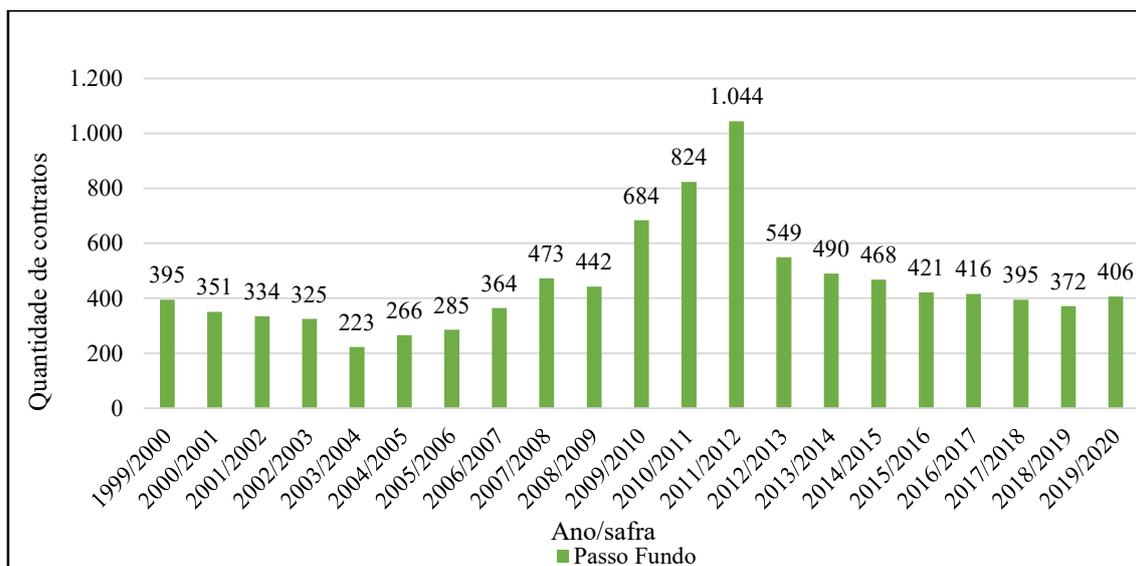
cultivos. No Estado, tendo como referência também o ano de 2020, o cultivo de grãos ocupou aproximadamente 9,1 milhões de ha de área, com uma produção de 25,2 milhões de toneladas. Dos principais cultivos, a soja ocupou destaque, estando presente em 5,9 milhões de ha (EMATER, 2021).

4.2 DADOS GERAIS SOBRE O PRONAF NO MUNICÍPIO DE PASSO FUNDO

Alguns estudos (GAZOLLA; SCHNEIDER, 2013; GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014) apontam que o Pronaf vem contribuindo prioritariamente para os agricultores familiares mais capitalizados. Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014) destacam que, no período de 2000 a 2012, esse perfil de agricultores concentrou os recursos do Pronaf no país, variando de 80% a 91% em termos relativos ao total de recursos. Os autores também explicam que algumas das mudanças ocorridas ao longo dos anos favoreceram esse grupo de agricultores, entre elas: flexibilização das regras das instituições financeiras, elevação dos limites de renda para enquadramento dos agricultores, facilitação no acesso ao crédito, diversificação das fontes para o financiamento e renegociação dos contratos, entre outras.

Os dados do número de contratos do Pronaf em Passo Fundo, do ano safra 1999/2000 a 2019/2020, podem ser conferidos no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Evolução do número de contratos do Pronaf em Passo Fundo, 1999-2020



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Bacen (2012; 2020).

Ao analisar os dados referentes à evolução do número de contratos do Pronaf em Passo Fundo, observa-se que, o auge do número de contratos ocorreu no ano safra 2011/2012, com 1.044 contratos. Após esse período, o número de contratos sofreu reduções a cada ano e mantém-se em um nível um pouco acima dos anos iniciais do programa.

Acredita-se que os períodos em que houve um auge do número de contratos estão associados com algumas mudanças que ocorreram no Pronaf a partir do Plano Safra 2008/2009, elevando o número de contratos nesse município, conforme se pode observar no Gráfico 1 no

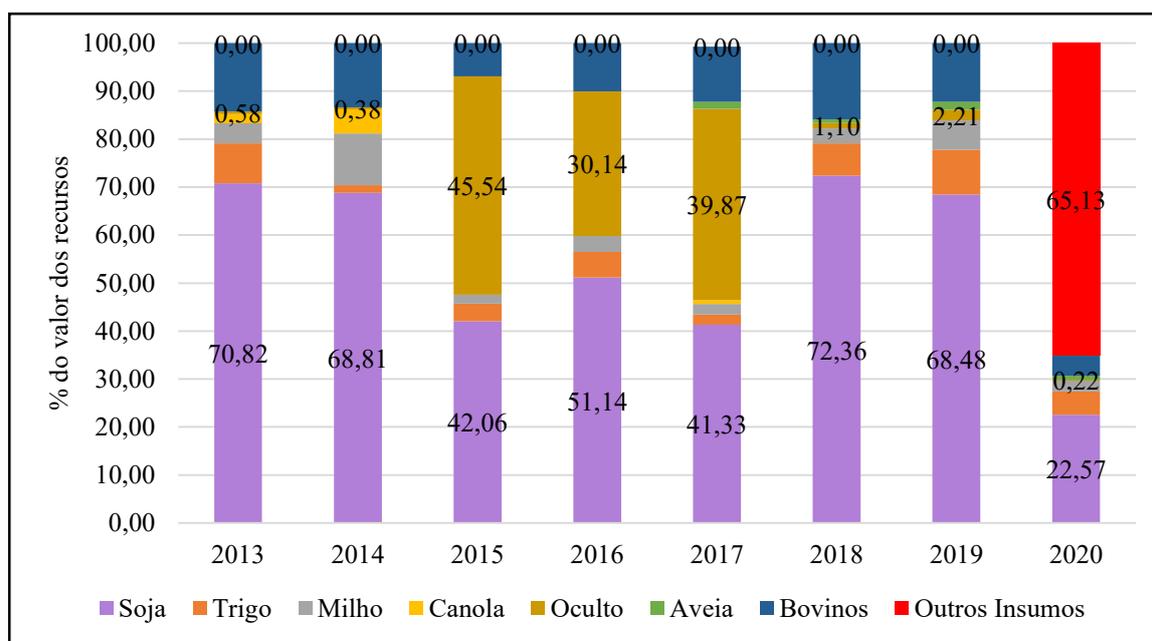
ano safra 2011/2012 em Passo Fundo. Conforme Delgado (2012), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) instituiu, a partir do ano agrícola 2008/2009, o Plano Safra Mais Alimentos, que teve como intuito formular uma nova política de longo prazo para a agricultura familiar que, em face da crise internacional, fosse capaz de fortalecer o mercado interno, contribuindo para proteger o poder de compra dos brasileiros através da elevação da oferta de alimentos.

O Plano Safra Mais Alimentos promoveu três importantes mudanças no Pronaf, entre elas a criação de uma linha de crédito que foi utilizada em grande escala para a tecnificação de agricultores familiares, através da aquisição de tratores, máquinas, implementos agrícolas, com destaque para agricultores do Rio Grande do Sul, que estão mais integrados às cadeias agroindustriais e aos mercados agroalimentares e, sendo assim, conseguem acessar essa linha de crédito de maneira mais fácil. Outra mudança significativa foi o aumento do montante de créditos do Pronaf Agroindústria para cooperativas de leite e alguns ajustes nas normas para o enquadramento dos beneficiários, que possibilitaram a adesão de agricultores familiares com um novo perfil, principalmente no Sul do país. E a terceira mudança expressiva foi a extinção dos Grupos C, D e E do Pronaf, que passaram a ser reunidos em um único grupo, denominado de Grupo V (ou variável) da agricultura familiar (DELGADO, 2012; BIANCHINI, 2015).

Delgado (2012) destaca que as mudanças ocorridas no Pronaf propiciaram uma reconcentração dos recursos do programa na região Sul do país, favoreceram a aquisição de tratores por agricultores familiares dessas regiões e tornaram o acesso ao crédito mais fácil por parte dos agricultores familiares, cooperativas e agroindústrias de grande porte.

No Gráfico 2 é apresentada a distribuição dos recursos de custeio agrícola e pecuário do Pronaf em Passo Fundo, no período de 2013 a 2020, por produto.

Gráfico 2 – Distribuição dos recursos aplicados pelo Pronaf (em %) nas modalidades de custeio agrícola e pecuário, por produto, Passo Fundo, 2013-2020



Fonte: Elaborado pela autora a partir de dados do Bacen (2020).

O volume dos recursos do Pronaf custeio aplicados em Passo Fundo, principalmente para a cultura da soja, variou de 70,82% a 68,48% no período. A cultura da soja é uma das cinco principais culturas no município estudado, representando 86,9% do total plantado em Passo Fundo (SEBRAE, 2019). Conforme Trennepohl (2011), a soja é a atividade econômica mais importante da mesorregião noroeste do Rio Grande do Sul. Essa cultura foi impulsionada pela crescente demanda internacional com preços atrativos na década de 1970. Compondo o binômio trigo-soja, essa cultura contribuiu para fomentar o processo de modernização da agricultura na região, mecanizando as lavouras e, em consequência, aumentando o êxodo rural e a urbanização.

Em Passo Fundo, mesmo havendo a presença significativa de agricultores familiares, percebe-se que muitos têm dificuldades de se organizar em cooperativas e associações. Provavelmente, um dos fatores refere-se aos problemas relatados no estudo de Lopes (2018), em que as experiências empreendidas de associações e cooperativas tiveram problemas de gestão.

Observando os dados do Gráfico 2, o que chama atenção é que os principais cultivos financiados em Passo Fundo pelo Pronaf estão associados a lavouras de monocultura, predominantemente soja, revelando que, nessa região, o Pronaf possui um caráter produtivista no tocante aos produtos financiados por esta política pública de crédito rural. Bazzotti e Coelho (2017) salientam que esse modelo produtivo necessita de um número reduzido de mão de obra e de um grau elevado de especialização e integração com os mercados internacionais.

No ano de 2020, destacam-se, em Passo Fundo, os recursos do Pronaf destinados à aquisição de outros insumos para fornecimento aos cooperados, que teve um percentual de 65,13% do total dos recursos do programa nas modalidades de custeio agrícola e pecuário. Em valores monetários, correspondeu a quatro contratos que somaram R\$ 25.278.535,59. Nesse caso, refere-se a contratos de custeio agrícola, com recursos utilizados por cooperativas de crédito agropecuário para atendimento aos cooperados, que podem ser utilizados para a aquisição de insumos, entre os quais: sementes, mudas, defensivos, fertilizantes, além de utensílios agrícolas, bens essenciais ao consumo, materiais diversos e outros produtos necessários ao custeio da produção.

Em toda a série analisada no Gráfico 2 (2013-2020), o ano de 2020 foi o único ano em que foram destinados recursos do Pronaf para finalidade de aquisição de insumos para fornecimento aos cooperados. Como esses dados não são específicos, é difícil apontar qual cooperativa utilizou esses recursos. O que se pode inferir, pela pesquisa de campo realizada, é que mesmo não havendo uma cooperativa em Passo Fundo, há a atuação de cooperativas de outros municípios junto aos agricultores locais. As cooperativas utilizam várias estratégias junto aos seus cooperados e agricultores. Uma situação que é recorrente, conforme evidencia o entrevistado AT2 (entrevista direta), são as negociações onde essas instituições fazem os projetos de financiamento e vinculam a trocas. Assim, os agricultores compram os produtos das cooperativas e fecham com o preço da soja, situação que nem passa pela empresa de Ater.

4.3 ANÁLISE DO PRONAF EM PASSO FUNDO NA PERCEPÇÃO DE ATORES SOCIAIS LOCAIS

Salienta-se que o Pronaf é um importante instrumento que pode contribuir para as famílias de agricultores que utilizam essa modalidade de crédito e que envolve diferentes atores sociais na sua execução. Porém, a partir das entrevistas realizadas com os atores sociais locais (mediadores e agricultores familiares), observou-se distintos discursos e percepções sobre essa política pública.

Em Passo Fundo, identificou-se o envolvimento de diferentes instituições na articulação e mediação do Pronaf. Entre as principais, cabe destacar a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as instituições financeiras.

O município de Passo Fundo possui duas unidades da Emater, o escritório regional e o escritório municipal. No escritório regional, atuam os assistentes técnicos regionais, tanto para a área social, como econômica, responsáveis por 40 municípios. O escritório municipal tem sua abrangência dentro do município de Passo Fundo, atendendo 27 localidades em um universo de aproximadamente 470 pessoas ao longo do ano. Para isto, atuam dois extensionistas rurais, um que cuida da parte técnica e outro da parte social, além de um funcionário para a parte administrativa. O escritório municipal é responsável pela emissão de Declarações de Aptidão ao Pronaf (DAPs), elaboração de projetos de financiamento do Pronaf, entre outras funções.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Passo Fundo é filiado à Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Rio Grande do Sul (Fetag/RS), também faz a emissão de DAPs, porém, não possui um responsável técnico para elaborar os projetos de financiamento e não há correspondente bancário na unidade.

O município conta com a atuação de várias instituições financeiras, tanto públicas, quanto privadas. As principais instituições que atuam com o Pronaf e mencionadas nas entrevistas foram: Banco do Brasil, Sistema de Crédito Cooperativo (Sicredi) e Cooperativas de Crédito com Interação Solidária (Cresol). Assim como na maioria dos municípios brasileiros, quando o Pronaf foi implementado, o Banco do Brasil foi a principal instituição financeira a operar em Passo Fundo com os recursos dessa política pública. No decorrer dos anos, outras instituições foram conquistando espaço junto aos agricultores familiares, em especial, as cooperativas de crédito. Conforme se percebeu a partir das entrevistas, essas instituições realizam um trabalho diferenciado junto aos agricultores, buscando estar mais próximas da sua realidade:

Atualmente, as cooperativas de crédito estão bem mais na frente que as outras instituições. Os agricultores, na sua maioria, já estão vinculados à alguma cooperativa. Até porque elas têm uma proximidade com o agricultor, em geral, foram fundadas por agricultores, fazem um atendimento diferenciado que os bancos, em geral, não têm, isso facilita muito. Outras que não tinham nem tradição com o agro, também já estão ofertando crédito rural (MS2, 2021).

O agricultor familiar tem um perfil diferenciado, ele valoriza essa proximidade das instituições financeiras com a qual estão vinculados e, nesse sentido, as cooperativas de crédito foram conquistando seu espaço ao longo dos anos junto a esses sujeitos, foram criando uma identidade, firmando parcerias. O que aconteceu nos últimos anos, principalmente com o Banco do Brasil, foi uma redução do quadro pessoal, um crescimento de operações via internet e uma presença menor junto aos agricultores familiares. Nesse contexto, muitas cooperativas de

crédito foram crescendo e, além do crédito rural, conseguem oferecer outros produtos e serviços, atendendo os agricultores familiares de forma mais completa.

Um aspecto que merece destaque reside na prática ofensiva das instituições financeiras ao oferecer produtos e serviços e a vinculá-los ou atrelá-los ao Pronaf. Mesmo que implicitamente, pois é uma prática vedada por lei, ela também ocorre no município, conforme evidencia um dos mediadores entrevistados:

Essa venda casada é certa, mesmo sabendo que isso não é um recurso do banco, é uma política pública, mas aí eles aproveitam essa ocasião, vão lá e colocam um produto para te enfiar goela abaixo. Mesmo que você sabe que isso não é certo. Isso acontece aqui, não é só dos bancos, as cooperativas fazem isso também. A gente sabe que hoje a maioria dos agricultores estão muito bem esclarecidos, mesmo assim isso acontece, imagina para que não é esclarecido (MS1, 2021).

Ainda sobre as práticas ofensivas das instituições financeiras, outro entrevistado reforça a questão da venda casada:

Uma coisa que nós temos percebido, talvez um dos entraves, uma queixa meio que recorrente, os produtores dizem, a gente sabe que não pode essa venda casada do crédito, mas os produtores dizem, o banco por si só vende o seguro de vida, vende um plano de capitalização, um seguro e talvez esse seja um dos motivos que o produtor está deixando de acessar essas linhas, porque na verdade você está pagando mais que o valor dos juros da linha de crédito...aí tu pega um título de capitalização, um seguro de vida, tudo isso penaliza um pouco o agricultor (AT2, 2020)

No âmbito das operações do Pronaf, a venda casada é uma realidade, ela ocorre no município, mesmo que de uma maneira implícita e não se identificou que seja em uma instituição financeira específica. O que ocorre, de uma maneira geral, é que os bancos e as cooperativas de crédito buscam comercializar seus produtos e serviços para agricultores familiares e, em muitos casos, a aprovação rápida do crédito do Pronaf é atrelada à aquisição de serviços bancários, como seguros, cartões, entre outros. Por um lado, o Pronaf é uma política pública, os juros são mais baixos que os juros de mercado e o público-alvo é um sujeito que historicamente tinha dificuldades de acesso ao crédito rural. Porém, por outro lado, na prática o que vem ocorrendo, em nível local, é que essa política pública foi apropriada pelas instituições financeiras e pelas cooperativas que utilizam estratégias (BOURDIEU, 2020) para que os agricultores familiares consumam produtos e serviços, muitos dos quais eles não precisam, mas se sentem pressionados a adquirir por precisar dos recursos do Pronaf.

Considerando os financiamentos rurais do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) brasileiro, o Pronaf dispõe das menores taxas de juros e vem apresentando baixo índice de inadimplência (CRUZ *et al.*, 2020). Porém, com os ajustes realizados nos últimos anos, particularmente com a ampliação do acesso a essa política pública, há autores que apontam o endividamento como um dos problemas do Pronaf (SEMINOTTI, 2013; AGNE; WAQUIL, 2020). No caso deste estudo, os interlocutores das instituições bancárias entrevistadas (IF1, IF2 e IF3) relataram não ter autorização para apresentar o índice exato de inadimplência nessa linha de crédito, mas afirmaram que no estado do Rio Grande do Sul esse indicador é muito reduzido. No caso do Banco do Brasil, para o Rio Grande do Sul a inadimplência do Pronaf fica na faixa de 1% e no município de Passo Fundo essa taxa pode ser ainda menor. Os entrevistados destacam um conjunto de fatores que contribuem para esses resultados na região, tais como: os agricultores familiares da região Sul têm histórico de bom relacionamento com as instituições

financeiras; o Pronaf é um crédito subsidiado; o trabalho desempenhado pelas empresas de assistência técnica também contribui para os bons resultados na região.

Os interlocutores entrevistados em Passo Fundo indicam que há uma diversidade de agricultores que utilizam os recursos do Pronaf e que diferentes modalidades e linhas são utilizadas no município. Mesmo que Passo Fundo não seja um município característico de agricultores familiares, há um pequeno número de agricultores familiares que se reproduzem em uma parcela reduzida de ha de terra e para os quais o Pronaf tem sido significativo para o desenvolvimento de suas atividades. Nesse sentido, salienta-se que o Pronaf possui várias peculiaridades e, mesmo que de forma minoritária, o programa é acessado por atores sociais que não faziam parte das políticas de crédito rural (GRISA; WESZ JUNIOR; BUCHWEITZ, 2014) e esses sujeitos precisam ser considerados na análise dessa política pública.

No Quadro 2, buscou-se sistematizar a percepção de alguns atores sociais vinculados ao Pronaf em Passo Fundo, em relação às contribuições e limitações do programa.

Quadro 2 – Percepção de atores sociais entrevistados em Passo Fundo sobre as contribuições e as limitações do Pronaf

Entrevistados	Contribuições	Limitações
MS2	O Pronaf contribui para a permanência do agricultor familiar no campo, para dar sequência nas atividades, veio para gerar renda nas propriedades. A gente vê a diferença das propriedades agora e como eram há 15 anos atrás, esses créditos com juros acessíveis, com prazos bons, o pessoal melhorou as propriedades.	O aumento dos recursos para o programa, a redução das taxas de juros e a elevação do limite de renda para enquadramento na DAP.
AT2	Foi uma política que assegurou a inserção de produtores no acesso às políticas, sendo beneficiados com juros mais acessíveis, quando comparados a instituições particulares.	Uma queixa meio que recorrente, os produtores dizem, a gente sabe que não pode essa venda casada do crédito, mas os produtores dizem, o banco por si só vende o seguro de vida, vende um plano de capitalização, um seguro e talvez esse seja um dos motivos que o produtor está deixando de acessar essas linhas, porque, na verdade, você está pagando mais que o valor dos juros da linha de crédito.
IF1	O Pronaf é muito importante para a permanência dos pequenos agricultores no campo, porque você consegue financiar sua atividade, você consegue investir a uma taxa de juros mais baixa e um prazo mais longo.	Devido à facilidade do crédito, muitas vezes os agricultores financiam máquinas e equipamentos sem necessidade e comprometem sua capacidade de pagamento.
AT1	O Pronaf foi uma política pública importante, é e continuará sendo. Porque apesar da grande parte dos recursos ser direcionada ao financiamento de soja e milho, eles também financiam outras atividades. Aí nós temos: suínos, aves, leite, frango caipira, agroindústria, agroecologia, Pronaf Jovem, Pronaf Mulher. Em menor quantidade, mas nós temos linhas de crédito e recursos aplicados nesse sentido.	Dificuldades em financiar atividades que destoam das características da região.

Fonte: Dados da pesquisa (2020; 2021).

Os relatos sintetizados no Quadro 2 expõem a percepção de alguns entrevistados em Passo Fundo com relação às contribuições e limitações do Pronaf no município. Os atores sociais entrevistados exaltam os resultados alcançados com o programa no município, ressaltando a importância dessa política pública para os agricultores familiares, que antes eram excluídos desse processo. O programa é entendido por esses interlocutores como um instrumento que contribuiu para a permanência do agricultor familiar no meio rural.

Os dados analisados ao longo desse estudo indicam um volume expressivo de recursos do Pronaf direcionados para a modalidade de custeio agrícola, para a cultura da soja e investimento agrícola. Ainda assim, mesmo que em menor volume, o Pronaf também está financiando outras atividades no município, como mencionado pelo entrevistado AT1.

O limite de renda para enquadramento na DAP também é destacado pelos articuladores do Pronaf em Passo Fundo, como um limitador do programa. Assim, reitera-se que essa política pública vem contemplando uma parcela da agricultura familiar mais estável ou consolidada e que possui intenção de continuar se apropriando dessa modalidade de crédito.

Os entrevistados AT1 e AT2, da empresa de Ater do município, apontam a ocorrência de venda casada atrelada ao Pronaf, o que é compreendido como um limitador, visto que mesmo sendo uma prática proibida, ela ocorre com frequência por diversas instituições financeiras.

Outras questões também são indicadas pelos entrevistados como limitações do Pronaf, como maior facilidade no acesso aos recursos do programa, citado pelo entrevistado IF1, o que, muitas vezes, leva a investimentos desnecessários e compromete a capacidade de pagamento do agricultor, podendo deixá-lo endividado. Também, o entrevistado AT1 menciona dificuldades no financiamento de atividades diferentes das que são predominantes na região. Nesse sentido, cabe aqui destacar o importante papel dos articuladores e mediadores da política pública na orientação dos agricultores familiares em relação às diferentes possibilidades com as linhas de crédito existentes, que abarcam uma diversidade de atividades.

Os agricultores entrevistados que são detentores de áreas muito pequenas e com menores faixas de renda expressam maiores dificuldades com o sistema bancário, principalmente em atender a burocracia exigida para acessar o Pronaf, a comprovação de garantias e o aval.

Uma das situações observadas é o caso do agricultor entrevistado AF5, que relatou as dificuldades e os desafios enfrentados para se manter no meio rural, em uma propriedade de 3,5 ha, no município de Passo Fundo. Nessa situação específica, após muitas dificuldades com a produção de hortifrutigranjeiros, optou por investir em uma agroindústria e, para isso, utilizar o Pronaf. Teve sua agroindústria registrada no município e já se mantém há mais de 15 anos nessa atividade. Os filhos já saíram de casa e dedicam-se a atividades não rurais. Assim, ficaram somente o casal de agricultores, que contam apenas com o apoio da Emater. Para manter sua agroindústria eles vêm investindo na diversificação e na diferenciação de seus produtos. A pequena propriedade conta com algumas vacas de gado de leite, mas a principal atividade é a produção de bolachas, biscoitos e pães.

Frente aos desafios enfrentados pelo agricultor AF5, percebe-se que eles buscam diferentes formas para agregar valor aos seus produtos e serviços e diferentes estratégias de reprodução. Para Bourdieu (2020, p. 23), as estratégias são compreendidas enquanto “intenções conscientes ao longo prazo de um agente individual.” O autor explica que utilizava esse

conceito para referir-se aos conjuntos de ações ordenadas em face aos objetivos em determinado prazo relativamente longo. Nessa linha, as estratégias são interdependentes e podem ser combinadas e classificadas em: estratégias de investimento biológico; estratégias sucessórias; estratégias educativas; estratégias de investimento econômico; estratégias de investimento social; estratégias matrimoniais e estratégias de investimento simbólico. Não cabe aqui discorrer acerca de cada uma das classes de estratégias definidas por Bourdieu (2020), mas evidencia-se que, para este estudo, interessa o conceito de estratégias de investimento econômico e social.

Para Tedesco (2013), diversos autores demonstram a multifuncionalidade da agricultura familiar no meio rural, diversificando formas de produzir e contando, de forma significativa, com mão de obra da própria família. A nova dinâmica resultante do processo de globalização produtiva e dos mercados, resultou em significativas mudanças no meio rural, com experiências e estratégias de enfrentamento que:

[...] buscam maximizar fatores que revelam inventividades, valorização das tradições, costumes, de saberes e relacionamentos no trato das trocas mercantis, formas alternativas de consumo, em âmbito local, com a simbologia de qualidade diferenciada, imprimindo relações e contatos de proximidade (TEDESCO, 2017, p. 281).

Com base na diferenciação de seus produtos, com matéria-prima, em parte, produzida em sua propriedade, em parte, adquirida de outros agricultores e, conforme salienta Tedesco (2017), com inventividades que buscam agregar valor aos seus produtos, percebe-se, na fala dos agricultores, sua identidade com produtos da terra saudáveis, produzidos de forma artesanal, com mão de obra exclusivamente familiar e a valorização dos seus saberes.

Para iniciar a agroindústria, estes agricultores optaram por utilizar o Pronaf, pois consideraram os juros mais acessíveis em comparação a outros financiamentos. O primeiro financiamento com recursos do Pronaf foi feito pela linha de atuação Pronaf Agroindústria, porém, com as mudanças nas normas do Bacen, não conseguiram mais se enquadrar nesta linha, tendo que optar pela modalidade de custeio pecuário. Sobre a modalidade de Pronaf utilizada e as dificuldades para continuar acessando o programa pela modalidade agroindústria, o casal de agricultores mencionou que:

Nós tínhamos o Pronaf Agroindústria, mas naquela época era diferente. Foi feita a agroindústria e foram comprados alguns equipamentos por essa linha. Mas desde que a gente terminou de pagar e tentou acessar de novo, mudaram as regras, aí para acessar tinha que apresentar as notas de trigo e a gente não tem. A gente compra de cooperativas, mas mesmo assim não é aceito. Impede a gente de acessar mais por conta disso, então é uma legislação um pouco falha, pouco não, muito falha. (AF5, 2020).

As mudanças nas normas para acessar o Pronaf Agroindústria, que é a atividade desempenhada pelo entrevistado (AF5), fez com que ele tivesse que optar por outra linha de crédito, vinculada a uma atividade que não é a principal em sua propriedade, para continuar tendo acesso ao Pronaf. Pela fala dos entrevistados, observa-se uma preocupação em estar de acordo com o disposto na legislação, mas, ao mesmo tempo, uma insatisfação com as regras, que dificultam o enquadramento de acordo com a atividade desenvolvida. A rigidez das normas do Bacen e incapacidade de levar em consideração as diferentes realidades do país também

foram referenciadas nas entrevistas com outros sujeitos vinculados com a articulação dos agricultores familiares (Ater, Sindicatos, Movimentos Sociais).

Para os agricultores familiares menos capitalizados, percebe-se uma dependência maior do crédito e há uma preocupação com a continuidade do Pronaf, visto que ele é compreendido como o principal recurso para a manutenção e investimento na propriedade. Por outro lado, para os agricultores familiares já consolidados, como é o caso do agricultor AF4, o Pronaf é percebido como uma importante linha de crédito, mas ele ressalta que depende de outros fatores para trazer impactos positivos, como a organização da família.

Sobre esse aspecto, Schneider (2006, p. 6) argumenta que “as decisões tomadas pela família e pelo grupo doméstico ante as condições materiais e o ambiente social e econômico são cruciais e definidoras das trajetórias e estratégias que viabilizam ou não sua sobrevivência social, econômica, cultural e moral”. Concordando com o exposto pelo referido autor e com o agricultor familiar (AF4), entende-se que o Pronaf é um importante instrumento que contribui para o desenvolvimento das atividades produtivas dos agricultores familiares, porém, os resultados positivos estão atrelados principalmente a decisões e estratégias conduzidas pelos próprios agricultores. Ainda que existam fatores externos à família que influenciem diretamente, deve-se compreender o Pronaf como uma complexa política pública que depende de vários fatores para contribuir para a reprodução social dos agricultores familiares.

Ademais, ressalta-se que mesmo com as diferentes linhas de crédito criadas ao longo dos anos no Pronaf, ainda assim predominam as linhas tradicionais, como custeio e investimento no município. O que se percebe pelos dados analisados, é que não há um esforço por parte dos articuladores, em especial, das instituições financeiras locais, em incentivar ou, até mesmo, esclarecer dúvidas e questionamentos sobre as linhas de crédito que fogem ao habitual, como custeio e investimento.

Tendo em vista a diversidade da agricultura familiar brasileira (SCHNEIDER, 2010) e a dificuldade de uma política pública única capaz de contemplar as diferentes tipologias de agricultores, Schneider e Cassol (2017) recomendam que as políticas públicas deveriam ter, ao menos, dois tipos de foco: 1) para fortalecer as condições e os meios de produção capazes de gerar excedentes econômicos; 2) como promotor de ações e programas com potencial de fortalecer os meios de vida, de acesso a recursos, bens e serviços. Conforme os autores, seria uma combinação de políticas agrícolas com políticas de desenvolvimento rural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os principais articuladores do Pronaf em Passo Fundo são os extensionistas da Emater, alguns funcionários do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as instituições financeiras (Banco do Brasil, Sicredi e Cresol). Identificou-se neste estudo que o Pronaf contribuiu para a formação de um agricultor familiar inserido em uma dinâmica social e econômica já estabelecida e que foi moldado a partir da atuação do Estado em oportunizar crédito para integrar este ator social aos mercados existentes.

O Pronaf inseriu os agricultores familiares em uma lógica modernizante, mas não contempla a diversidade dos agricultores familiares, apresentando-se como um programa seletivo. Ressalta-se que a agricultura familiar se caracteriza por uma ampla e diversidade de

atores sociais no meio rural. Em seu interior, há uma parcela que busca manter alguns valores e diferenciar seus produtos, com suas mais diversas características.

Assim, ao longo dos anos, ocorreram mudanças no Pronaf com a criação de diferentes linhas para viabilizar a inserção de alguns segmentos de agricultores familiares que ainda possuíam dificuldades de se enquadrar nas linhas existentes e para contemplar as diferentes atividades, como mulheres, jovens, agroindústria, agroecologia, entre outras. No caso pesquisado, a principal adesão do Pronaf é dos grupos de agricultores familiares mais capitalizados, nas modalidades de custeio e investimento voltadas à produção de *commodities* agrícolas.

As principais contribuições do Pronaf para os agricultores familiares de Passo Fundo consistem em viabilizar o acesso do Pronaf a muitas atividades na pequena propriedade; o acesso a maiores linhas de crédito para os agricultores familiares, considerando, ainda, que muitos não tinham acesso ao crédito antes do programa; e, também, mesmo não sendo decisivo, contribui para a permanência no meio rural.

A análise do Pronaf em Passo Fundo demonstra, até então, que a construção dessa política pública no âmbito local trata-se de um processo complexo e dinâmico, que está diretamente relacionado às características históricas locais. A pesquisa de campo junto aos atores sociais envolvidos na execução do Pronaf evidenciou que essa política pública foi e continua sendo muito importante para os diferentes sujeitos, é considerada uma conquista dos movimentos sociais representativos da agricultura familiar e oportunizou acesso ao crédito rural. Porém, há sinais de esgotamento do modelo vigente e torna-se necessário readequar o programa de modo que o público não priorizado na criação do Pronaf venha a ter visibilidade e possibilidade de acesso a recursos públicos, para desenvolver seus projetos produtivos e se inserir em mercados.

Um dos grandes desafios do Pronaf, levando em consideração a complexidade desse programa, consiste em se tornar uma política pública inclusiva. Em toda a sua história, vem demonstrando-se um programa excludente, que contemplou principalmente os segmentos indicados como público potencial desde a implementação do programa e que teria condições de responder aos estímulos do crédito.

Destaca-se a importância do estudo local, neste caso, buscando mostrar o que foi efetivamente realizado na trajetória desse programa. A História Local torna-se relevante nesse sentido, ao trazer elementos do processo histórico recente vivenciados pelos sujeitos e pelos atores sociais que integram os acontecimentos narrados, gerando um sentimento de pertencimento e fazendo com que se sintam integrantes dessa história.

Sugere-se a realização de estudos futuros que contemplem entrevistas com agricultores familiares que não foram beneficiados com o Pronaf ou que foram excluídos da política pública, buscando identificar os fatores que levaram à não adesão a essa modalidade de crédito rural ou à exclusão do programa.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 e da Fundação Universidade de Passo Fundo (FUPF).

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998.
- ABRAMOVAY, R.; PIKETTY, M. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005.
- AGNE, C. L.; WAQUIL, P. D. Políticas públicas e mudanças institucionais: as trajetórias dos agricultores familiares nas atividades de processamento de alimentos no Rio Grande do Sul – Brasil. **Redes**, v. 25, n. 3, p. 1396-1421, set./dez. 2020.
- ALBERTI, V. Fontes Oraís: histórias dentro da história. In: PINSKY, C. B. (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- AQUINO, J. R. de; SCHNEIDER, S. (Des)caminhos da política de crédito do PRONAF na luta contra pobreza e a desigualdade social no Brasil rural. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1., 2010, Natal. **Anais [...]**. Natal: UFRN, 2010, v. 1. p. 1-21.
- ATLAS BRASIL. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **Você sabe o que é?** Desenvolvimento Humano. [2020]. Disponível em: <https://atlasbrasil.org.br/acervo/atlas>. Acesso em: 10 dez. 2020.
- ATLAS SOCIOECONÔMICO RS. Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul. **Conselhos Regionais de Desenvolvimento – COREDEs**. [2020]. Disponível em: <https://atlassocioeconomico.rs.gov.br/conselhos-regionais-de-desenvolvimento-coredes>. Acesso em: 20 abr. 2020.
- BACEN. Banco Central do Brasil. **Anuário Estatístico do Crédito Rural (até 2012)**. Bacen, 2012. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/anuario_estat_credrural. Acesso em: 10 jan. 2020.
- BACEN. Banco Central do Brasil. **Matriz de Dados do Crédito Rural (MDCR)**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Acesso em: 20 jan. 2021.
- BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola de Neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, 10., 2011, Curitiba. **Anais eletrônicos [...]**. Curitiba: PUCPR,

2011. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf. Acesso em: 10 maio 2020.

BARBOSA, A. S. A proposta de um estatuto para a história local e regional: algumas reflexões. **História e Perspectiva**, v. 20/21, p. 117-128, jan./dez. 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, J. D. **A expansão da história**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BAZOTTI, A.; COELHO, L. B. Produção de *commodities* pela agricultura familiar: insegurança alimentar e novos desafios ao Pronaf. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 38, n. 133, p. 113-129, jul./dez. 2017.

BELIK, W. **O financiamento da agropecuária brasileira no período recente**. Texto para discussão, n. 2028. Brasília; Rio de Janeiro: IPEA, 2015. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3407/1/td_2028.pdf. Acesso em: 10 abr. 2021.

BERGAMASCO, M. S. P. P.; DELGADO, G. C. Apresentação. In: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 9-11.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do Pronaf, 1995-2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BOURDIEU, P. Estratégias de reprodução e modos de dominação. **Repocs**, v. 17, n. 33, p. 21-36, jan./jun. 2020.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em: 09 jan. 2020.

CASSOL, A. P. **Redes agroalimentares alternativas: mercados, interação social e a construção da confiança**. 2013. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

CONTERATO, M. A.; BRÁZ, C. A. O processo de especialização produtiva dos agricultores familiares da Zona Sul do Rio Grande do Sul através do Pronaf-custeio. **Redes**, v. 24, n. 3, p. 12-34, set./dez. 2019.

CRUZ, N. B. *et al.* Acesso da agricultura familiar ao crédito e à assistência técnica no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n. 3, p. 1-20, 2020.

DEL GROSSI, M. *et al.* Comunicação de pesquisa: delimitando a agricultura familiar nos censos agropecuários brasileiros. **Necat**, v. 8, n. 16, p. 40-45, jul./dez. 2019.

DELGADO, N. G. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. **Novos Cadernos NAEA**, v. 15, n. 1, p. 85-129, jun. 2012.

EMATER/RS-ASCAR. **Relatório de atividades 2020**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2021. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos/relatorio-institucional/relatorio_de_atividades_2020.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

FAO/ INCRA. Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar**. Brasília (DF): FAO/INCRA, 1994.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Perfil socioeconômico**. Corede Produção. Municípios do Corede em 2015. 2015. Disponível em: <https://governanca.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17094635-perfis-regionais-2015-producao.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2020.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68, jan./mar. 2013.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 2, p. 323-346, abr./jun. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário: resultados definitivos 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019a. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=73096>. Acesso em: 16 jan. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha digital**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 7 jan. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Passo Fundo. Rio Grande do Sul – RS. **Histórico**. IBGE, [2021]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/riograndedosul/passofundo.pdf>. Acesso em: 02 jan. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Passo Fundo**. IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em: 03 nov. 2021.

LOPES, I. D. **Análise da operacionalização do programa nacional de alimentação escolar em escolas públicas de Passo Fundo-RS**. 2018. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2018.

PICOLOTTO, E. L.; MEDEIROS, L. S. de. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no Brasil contemporâneo. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 344 - 368.

RIO GRANDE DO SUL. Governo do Estado do Rio Grande do Sul. **Perfil socioeconômico COREDE Produção**. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://planejamento.rs.gov.br/upload/arquivos/201603/17094635-perfis-regionais-2015-producao.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2017.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso. *In*: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (org.). **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Editora Unijuí, 2006. p. 1-24.

SCHNEIDER, S. Mercados e agricultura familiar. *In*: MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. (org.). **Construção de mercados e agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. p. 93-140.

SCHNEIDER, S. Reflexões sobre diversidade e diversificação: agricultura, formas familiares e desenvolvimento rural. **Ruris**, v. 4, n. 1, p. 85-131, mar. 2010.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. **A agricultura familiar no Brasil**. Rimisp: Santiago, Chile, 2013.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 31, n. 2, p. 227-263, maio/ago. 2014.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e implicações para políticas públicas. *In*: DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 84-109.

SEAPDR. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. **Programa Estadual de Agroindústria Familiar (Peaf)**. 2021. Disponível em: <https://www.agricultura.rs.gov.br/agroindustria-familiar>. Acesso em: 05 fev. 2021.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Perfil das cidades gaúchas – Passo Fundo**. Sebrae, 2019. Disponível em: https://datasebrae.com.br/municipios/rs/Perfil_Cidades_Gauchas-Passo_Fundo.pdf. Acesso em: 22 maio 2020.

SEMINOTTI, J. J. **Os agricultores familiares e a representação política do Sutraf na região Alto Uruguai do RS**. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013.

SEYFERTH, G. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana**, n. 17, v. 2, p. 395-417, ago. 2011.

TEDESCO, J. C. **Agrodiversidade, agroecologia e agricultura familiar: velhas e novas faces de um processo de desenvolvimento na região de Passo Fundo – pós-anos 90**. Passo Fundo: UPF, 2006.

TEDESCO, J. C. Camponeses-comerciantes da Serra do Botucará: culturas sociais, cultivos na terra e territorialidades étnicas – centro-norte do RS. *In*: GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. (org.). **Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas**: negócios e mercados da agricultura familiar. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017. p. 281-303.

TEDESCO, J. C. **Dinâmicas da agricultura familiar**: múltiplos sujeitos, tempos e sentidos. Passo Fundo: Acervus, 2022.

TEDESCO, J. C. Economia de circuitos curtos, da qualidade e dos territórios étnicos: uma análise da dinâmica produtiva e mercantil na Rota das Salamarias – norte e nordeste do RS. **Revista Extensão Rural**, v. 21, n. 3, p. 119-141, set./dez. 2013.

TEDESCO, J. C. Modernização, patrimônio cultural e dinâmicas familiares: estratégias camponesas territoriais de desenvolvimento no centro-norte do RS. **Ruris**, v. 4, p. 133-166, mar. 2010.

TEDESCO, J. C.; SANDER, R. **Madeireiros, comerciantes e granjeiros**: lógicas e contradições no processo de desenvolvimento socioeconômico de Passo Fundo (1900-1960). Passo Fundo: UPF Editora, 2005.

TRENNEPOHL, D. **Avaliação de potencialidades econômicas para o desenvolvimento regional**. Ijuí: Editora Unijuí, 2011.